

Ventos de São Tomé Holding S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Ventos de São Tomé Holding S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações contábeis auditadas individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	11



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da
Ventos de São Tomé Holding S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ventos de São Tomé Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Shape the future
with confidence

Ênfase

Chamamos atenção a nota explicativa n.º 2.8 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descrevem a mudança voluntária na política contábil de classificação de aplicações financeiras como equivalentes de caixa pela Companhia a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior e ao saldo de abertura do último exercício apresentado, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento da receita e custos com compra e venda de energia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu receitas operacionais consolidadas no montante de R\$ 127.504 mil, conforme divulgado na nota explicativa 13 e custos consolidados com compra de energia no montante de R\$ 9.688 mil, conforme divulgado na nota explicativa 14. As receitas são oriundas das operações de fornecimento e suprimento de energia elétrica, cujo reconhecimento ocorre quando a obrigação contratual de entregar energia é satisfeita e o valor da venda pode ser mensurado de forma confiável.

O processo de receita ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao cliente, relacionada ao fornecimento de energia elétrica, calculada em base estimada, até 31 de dezembro de 2024, utilizando determinadas premissas oriundas dos contratos de compra e venda de energia.



Shape the future
with confidence

A receita é um importante indicador de performance da Companhia e de sua administração, o que pode criar um incentivo de reconhecimento da receita antes do cumprimento da obrigação de desempenho, ou de postergação do reconhecimento do custo. Dessa forma, existe o risco de que uma receita ou custo sejam reconhecidos fora do seu período de competência, especialmente no período que antecede o fechamento do exercício.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o risco inerente envolvendo o reconhecimento da receita e custo em período distinto daquele em que a obrigação de desempenho foi atendida, além do o volume significativo de transações e a magnitude dos valores envolvidos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento da receita; (ii) Confronto do sumário de energia emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE com o Balanço Energético da Companhia, com o propósito de corroborar a quantidade de energia transacionada no período e os valores contabilizados, incluindo o montante não faturado reconhecido na data base e realizado em data subsequente; e (iii) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as receitas e custos, incluídas nas notas 13 e 14, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas e custos, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Shape the future
with confidence

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC 2SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Adilvo França Junior', written over a faint horizontal line.

Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA-021419/O

Ventos de São Tomé Holding S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.187	80.542	6.187	80.542
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	6.187	80.542	6.187	80.542

Ventos de São Tomé Holding S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		373.237	(350.547)	22.690
Lucro líquido do exercício		-	80.542	80.542
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12	373.237	(270.005)	103.232
Lucro líquido do exercício		-	6.187	6.187
Aumento de capital		33.810	-	33.810
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12	407.047	(263.818)	143.230

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventos de São Tomé Holding S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	6.187	80.542	6.187	80.542
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	-	-	32.760	35.223
Atualização monetária sobre ressarcimento	16	-	3.294	(308)
Juros s/ cessão de recebíveis	16	(13.719)	-	-
Juros sobre arrendamento	16	-	2.144	2.312
Encargos financeiros de dívidas	10 e 16	52.874	61.577	52.874
Baixa de provisão para perdas com investimento	6 e 15	-	(3.082)	-
Atualização da provisão para desmobilização	16	-	1.410	(1.121)
Tributos e contribuições sociais diferidos	17	-	(753)	(66.276)
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	7 e 16	(11.904)	(18.073)	(11.904)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	8	-	-	5.770
Resultado de equivalência patrimonial	6	(49.817)	(108.905)	-
Amortização de juros capitalizados	6	2.761	2.762	-
	101	1.102	86.012	99.646
Variação de ativos e passivos operacionais	(5.267)	(7.245)	(37.966)	(4.745)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(116)	6.006	(3.119)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	10	(42.681)	(35.505)	(35.505)
Recebimento de juros sobre cessão de recebíveis	-	13.719	-	-
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-	-	(2.144)	(2.312)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades operacionais	(47.847)	(28.045)	9.227	53.965
Atividades de investimentos:				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-	-	(37.639)	(34.302)
Aumento de capital em controladas	6	(32.535)	(14.487)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de investimentos	(32.535)	(14.487)	(37.639)	(34.302)
Atividades de financiamentos:				
(Aplicações) resgates de garantias de financiamento	7	31.072	(75.679)	31.072
Pagamentos de arrendamentos (principal)	-	-	(28)	(221)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	10	(52.768)	(59.255)	(52.768)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	10	(319)	(215)	(319)
Aumento de capital	-	33.811	-	33.810
Recebimento de cessão de recebíveis - partes relacionadas (principal)	-	65.295	66.027	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de financiamentos	77.091	(69.122)	11.767	(135.370)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(3.291)	(111.654)	(16.645)	(115.707)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	9.074	120.728	52.177	167.884
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5.783	9.074	35.532	52.177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Ventos de São Tomé Holding S.A. ("Companhia"), com sede Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 7º andar, sala 6, Pinheiros, Cidade de São Paulo, Estado São Paulo, é uma sociedade por ações de capital fechado. Foi constituída em 18 de dezembro de 2015, e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico "São Tomé".

A Companhia atualmente é controlada diretamente pela Auren Participações S.A.

A Companhia é controladora integral da Santa Brígida I, Santa Brígida II, Santa Brígida III, Santa Brígida IV, Santa Brígida V, Santa Brígida VI e Santa Brígida Santa Brígida VII.

1.1 Relação de empreendimentos controlados

As controladas incluídas nas demonstrações consolidadas, possuem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ("ANEEL") a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Energia Nova ("LER") e portaria do Ministério de Minas e Energia ("MME"):

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME/ANEEL	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Ventos de Santa Brígida I	5º LER/2013	81/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	8	13,6	6,6
Ventos de Santa Brígida II	5º LER/2013	79/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	16	27,2	14,7
Ventos de Santa Brígida III	5º LER/2013	69/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	17	28,9	14,4
Ventos de Santa Brígida IV	5º LER/2013	86/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	16	27,2	14,0
Ventos de Santa Brígida V	5º LER/2013	63/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	17	28,9	15,0
Ventos de Santa Brígida VI	5º LER/2013	68/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	17	28,9	15,1
Ventos de Santa Brígida VII	5º LER/2013	125/2014	27/02/2014	18/02/2049	35 anos	2015	16	27,2	14,9
							107	181,9	94,7

Comercialização de energia

Em 13 de agosto de 2012, a Companhia assinou o contrato de comercialização de energia no ambiente regulado - CCEAR, na modalidade de quantidade de energia elétrica, com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), por meio do qual venderá a totalidade de sua energia gerada, por um prazo de 20 (vinte) anos, a partir de 1º de setembro de 2015.

Parque Gerador	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Ventos de Santa Brígida I	5º LER/2013	CCEE	57.816	216,89	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos de Santa Brígida II	5º LER/2013	CCEE	128.772	216,89	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos de Santa Brígida III	5º LER/2013	CCEE	126.144	216,89	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos de Santa Brígida IV	5º LER/2013	CCEE	122.640	216,89	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos de Santa Brígida V	5º LER/2013	CCEE	131.400	216,89	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos de Santa Brígida VI	5º LER/2013	CCEE	132.276	216,89	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
Ventos de Santa Brígida VII	5º LER/2013	CCEE	130.524	216,89	set/15	ago/35	IPCA	Setembro
			829.572					

1.2 Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a antiga controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Transação") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias das duas Companhias.

A Transação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 27 de março de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela Controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis individuais de 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$43.591, e nas demonstrações contábeis consolidadas de R\$96.148 (R\$18.749 em 31 de dezembro de 2023), está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e assim dar continuidade a seus negócios no futuro, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, apesar do risco de *constrained-off* mencionado na nota 18.2 (c.2), a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes elencado(s) abaixo e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7	As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.
---	--

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Alteração
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

2.7 Critérios de consolidação

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

2.8 Revisão de política contábil

A Companhia, objetivando alinhamento com o Grupo Auren após a transação de combinação de negócios, procedeu a revisão da sua política contábil relativa à classificação de aplicações financeiras de curto prazo como equivalentes de caixa. A Companhia avaliou que o referido alinhamento resulta em informação mais relevante para os usuários das suas demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia julga que a nova prática contábil é melhor que a anteriormente adotada, por ser mais aderente à prática adotada por outras companhias abertas.

As aplicações financeiras de curto prazo da Companhia vinham sendo classificadas de acordo com o prazo de vencimento, na data de sua aquisição. Dessa forma, apenas as aplicações com prazos de vencimento iguais ou menores que 90 dias eram classificadas como equivalentes de caixa, visto que esse é o indicado no IAS 7/CPC 03, e tal diretriz está alinhada com a política e estratégia de gerenciamento de caixa do acionista anterior. Aplicações financeiras com vencimento superior a 90 dias eram classificadas como investimentos de curto prazo. A Companhia analisou a movimentação dos seus investimentos de curto prazo e concluiu que as aplicações financeiras, representadas por CDBs e operações compromissadas, ainda que com prazo de contratação superior a 90 dias, podem ser resgatadas dentro de 90 dias, conforme seus compromissos de curtíssimo prazo, sem perda de valor em caso de resgate antecipado, ou seja, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, atingindo assim a definição de equivalente de caixa. Adicionalmente, o Grupo Auren gerencia o seu caixa considerando tais aplicações financeiras como parte da disponibilidade imediata, diferente do acionista anterior.

Dessa forma, a Companhia voluntariamente reclassificou as para equivalentes de caixa as aplicações financeiras cujo prazo de vencimento é superior a 90 dias, porém não possuem risco de perda de valor caso o resgate ocorra em data anterior ao vencimento, e que anteriormente estavam classificadas como investimentos de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2023 foi reclassificado o valor de R\$ 8.066 na Controladora e R\$ 47.932 no Consolidado, da rubrica de “investimento de curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa”, conforme demonstrado a seguir:

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

2.8 Revisão de política contábil--Continuação

31/12/2023	Controladora			Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reapresentado	Original	Reclassificação	Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	1.008	8.066	9.074	4.245	47.932	52.177
Investimentos de curto prazo	8.066	(8.066)	-	47.932	(47.932)	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	11.882	-	11.882
Dividendos a receber	10.649	-	10.649	-	-	-
Estoques	-	-	-	3.768	-	3.768
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	929	-	929	2.241	-	2.241
Outros tributos a recuperar	-	-	-	63	-	63
Outros ativos	-	-	-	3.021	-	3.021
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	20.652	-	20.652	73.152	-	73.152
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Investimentos em controladas	362.613	-	362.613	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	124.900	-	124.900	125.580	-	125.580
Contas a receber de partes relacionadas	108.812	-	108.812	-	-	-
Outros ativos	7.872	-	7.872	7.914	-	7.914
Imobilizado, líquido	-	-	-	569.206	-	569.206
Intangível, líquido	-	-	-	1.007	-	1.007
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	604.197	-	604.197	703.707	-	703.707
TOTAL DO ATIVO	624.849	-	624.849	776.859	-	776.859

Em 31 de dezembro de 2023 no grupo “Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais” foi reclassificado o valor de R\$8.101 na Controladora e R\$5.025 no Consolidado, da rubrica de “Receita aplicação financeira em investimento curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa”. Na mesma data, no grupo “Variação dos ativos e passivos operacionais” foi reclassificado o valor de R\$(58) na Controladora e R\$(85) no Consolidado, da rubrica de “Juros resgatados de investimentos de curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa” foi reclassificado o valor de R\$(508) na Controladora e R\$(4.883) no Consolidado, da rubrica de “(Aplicação) resgates em investimentos de curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa” foi reclassificado o valor de R\$531 na Controladora e R\$47.875, conforme demonstrado a seguir:

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

2.8 Revisão de política contábil--Continuação

2023	Controladora			Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reapresentação	Original	Reclassificação	Reapresentação
Atividades operacionais:						
Lucro líquido do exercício	80.542	-	80.542	80.542	-	80.542
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:						
Depreciação e amortização	-	-	-	35.223	-	35.223
Atualização monetária sobre ressarcimento	-	-	-	(308)	-	(308)
Juros s/ cessão de recebíveis	(13.719)	-	(13.719)	-	-	-
Juros sobre arrendamento	-	-	-	2.312	-	2.312
Encargos financeiros de dívidas	61.577	-	61.577	61.577	-	61.577
Baixa de provisão para perdas com investimento	(3.082)	-	(3.082)	-	-	-
Atualização da provisão para desmobilização	-	-	-	(1.121)	-	(1.121)
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	-	(66.276)	-	(66.276)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(8.101)	8.101	-	(5.025)	5.025	-
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	(18.073)	-	(18.073)	(18.073)	-	(18.073)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	5.770	-	5.770
Resultado de equivalência patrimonial	(108.905)	-	(108.905)	-	-	-
Amortização de juros capitalizados	2.762	-	2.762	-	-	-
	(6.999)	8.101	1.102	94.621	5.025	99.646
Variação de ativos e passivos operacionais	(7.187)	(58)	(7.245)	(4.660)	(85)	(4.745)
Redução (aumento) dos ativos:						
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	508	(508)	-	4.883	(4.883)	-
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	(531)	531	-	(47.875)	47.875	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(116)	-	(116)	(3.119)	-	(3.119)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	(35.505)	-	(35.505)	(35.505)	-	(35.505)
Recebimento de juros sobre cessão de recebíveis	13.719	-	13.719	-	-	-
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-	-	-	(2.312)	-	(2.312)
Caixa líquido gerado pela atividades operacionais	(36.111)	8.066	(28.045)	6.033	47.932	53.965
Atividades de investimentos:						
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(34.302)	-	(34.302)
Aumento de capital em controladas	(14.487)	-	(14.487)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(14.487)	-	(14.487)	(34.302)	-	(34.302)
Atividades de financiamentos:						
(Aplicações) resgates de garantias de financiamento	(75.679)	-	(75.679)	(75.679)	-	(75.679)
Pagamentos de arrendamentos (principal)	-	-	-	(221)	-	(221)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(59.255)	-	(59.255)	(59.255)	-	(59.255)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(215)	-	(215)	(215)	-	(215)
Recebimento de cessão de recebíveis - partes relacionadas (principal)	66.027	-	66.027	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(69.122)	-	(69.122)	(135.370)	-	(135.370)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(119.720)	8.066	(111.654)	(163.639)	47.932	(115.707)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	120.728	-	120.728	167.884	-	167.884
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.008	8.066	9.074	4.245	47.932	52.177

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível) estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. Os CDBs e Quotas de fundos de investimento são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
	(Reapresentado)			(Reapresentado)		
Caixa e equivalentes de caixa						
Numerário disponível	306	48	90	5.285	934	1.069
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	5.477	9.026	120.638	30.247	51.243	166.815
Total	5.783	9.074	120.728	35.532	52.177	167.884

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA--Continuação

Os Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas em 31 de dezembro de 2024, possuem liquidez diária e rentabilidade média de 98,37% do Certificado de Depósito Bancário - CDI (101,10% em 31 de dezembro de 2023).

4 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

As controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

A abertura do contas a receber de clientes por composição de saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Leilões de Energia Eólica	14.994	11.863
Mercado de curto prazo	33	19
Total	15.027	11.882

5 PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo				
Circulante				
Dividendos a receber				
Santa Brígida I	56	56	-	-
Santa Brígida II	2.020	1.928	-	-
Santa Brígida III	1.673	916	-	-
Santa Brígida IV	4.125	2.055	-	-
Santa Brígida V	5.081	2.907	-	-
Santa Brígida VI	4.791	2.787	-	-
Subtotal	17.746	10.649	-	-
Subtotal circulante	17.746	10.649	-	-
Não Circulante				
Contas a receber - Cessão de direitos				
Santa Brígida I	4.529	9.788	-	-
Santa Brígida II	3.710	13.513	-	-
Santa Brígida III	10.045	19.344	-	-
Santa Brígida IV	8.525	17.720	-	-
Santa Brígida V	4.100	14.310	-	-
Santa Brígida VI	10.386	19.300	-	-
Santa Brígida VII	2.222	14.837	-	-
Subtotal	43.517	108.812	-	-
Subtotal não circulante	43.517	108.812	-	-
Total do ativo	61.263	119.461	-	-
Passivo				
Circulante				
Fornecedores				
Auren Operações	-	-	590	1.145
Subtotal	-	-	590	1.145
Subtotal circulante	-	-	590	1.145
Total do passivo	-	-	590	1.145
Resultado Financeiro				
Receita financeira (i)				
Santa Brígida I	-	854	-	-
Santa Brígida II	-	2.226	-	-
Santa Brígida III	-	2.008	-	-
Santa Brígida IV	-	1.988	-	-
Santa Brígida V	-	2.263	-	-
Santa Brígida VI	-	2.130	-	-
Santa Brígida VII	-	2.250	-	-
Subtotal	-	13.719	-	-
Total do resultado	-	13.719	-	-

(i) Referem-se à antecipação de recebíveis efetuados às suas controladas. Para fornecer fluxo de caixa para o pagamento da dívida, as controladas concedem à Companhia direitos creditórios em face dos contratos firmados junto à CCEE, que serão utilizados para a amortização dos contratos dos empréstimos e financiamentos captados pela Companhia. O contrato firmado entre as partes não especifica uma taxa de juros, apenas menciona que ficará em vigor até o integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pelas controladas.

5 PARTES RELACIONADAS--Continuação

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração dos Administradores da Companhia é realizada através da controladora, desta forma, não há valores referentes a remuneração dos administradores nesta demonstração contábil.

6 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas diretas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

	Controladora	
	2024	2023
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	435.107	362.613
Total	435.107	362.613

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Movimentação dos investimentos	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Dividendos mínimos obrigatórios	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Capitalização de juros (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Santa Brígida I	26.562	-	3.640	2.389	(132)	32.459
Santa Brígida II	50.114	(92)	5.760	8.737	(484)	64.035
Santa Brígida III	48.816	(757)	-	7.043	(390)	54.712
Santa Brígida IV	51.807	(2.071)	-	8.619	(478)	57.877
Santa Brígida V	63.681	(2.174)	-	9.013	(500)	70.020
Santa Brígida VI	57.575	(2.004)	3.200	8.283	(459)	66.595
Santa Brígida VII	64.058	-	19.935	5.734	(318)	89.409
Total	362.613	(7.098)	32.535	49.818	(2.761)	435.107

Movimentação dos investimentos	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Dividendos mínimos obrigatórios	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Deságio	Capitalização de juros (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Santa Brígida I	18.239	-	2.580	5.629	257	(143)	26.562
Santa Brígida II	36.912	-	1.500	11.511	483	(292)	50.114
Santa Brígida III	30.497	-	-	18.322	462	(465)	48.816
Santa Brígida IV	34.808	(703)	-	17.709	442	(449)	51.807
Santa Brígida V	44.440	(1.282)	-	20.551	493	(521)	63.681
Santa Brígida VI	40.476	(1.214)	-	18.296	481	(464)	57.575
Santa Brígida VII	36.728	-	10.407	16.887	464	(428)	64.058
Total	242.100	(3.199)	14.487	108.905	3.082	(2.762)	362.613

(i) Juros sobre obras em andamento (“JOA”): Com o objetivo de financiar principalmente a construção destes empreendimentos, a Controladora captou recursos por meio de empréstimos de longo prazo, no início de suas operações. Em função do ativo qualificável estar registrado nas Controladas e os financiamentos durante o período de construção na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso”. A movimentação do saldo em 31 de dezembro de 2024 refere-se apenas a amortização do saldo, uma vez que, as controladas estão em operação.

6 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS--Continuação

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de ações do capital social	Percentual de participação	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do patrimônio líquido	Valor do capital social	Lucro líquido do exercício	Deságio
Santa Brígida I	34.340.640	100%	42.575	11.652	30.923	34.341	2.389	(257)
Santa Brígida II	60.596.800	100%	85.245	24.353	60.892	60.597	8.737	(483)
Santa Brígida III	49.659.650	100%	84.824	32.735	52.089	49.660	7.043	(462)
Santa Brígida IV	44.712.300	100%	85.224	30.190	55.034	44.712	8.619	(442)
Santa Brígida V	53.572.750	100%	91.828	25.347	66.481	53.573	9.013	(493)
Santa Brígida VI	51.609.750	100%	96.330	33.039	63.291	51.610	8.283	(481)
Santa Brígida VII	102.967.480	100%	112.795	26.650	86.145	102.967	5.734	(464)
Total			598.821	183.966	414.855	397.460	49.818	(3.082)

7 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

NÃO CIRCULANTE

Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais

Garantias de financiamento (i)

Subtotal

Total

Controladora		Consolidado	
2024	2023	2024	2023
-	-	680	680
105.732	124.900	105.732	124.900
105.732	124.900	106.412	125.580
105.732	124.900	106.412	125.580

(i) Refere-se às Contas Reservas da Dívida, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívidas da Companhia e suas controladas.

A movimentação das cauções e dos depósitos vinculados para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Movimentação		
	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	31.148	31.828
Adições	252.626	252.626
Atualização monetária	18.073	18.073
Baixas e resgates	(176.947)	(176.947)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	124.900	125.580
Adições	122.164	122.164
Atualização monetária	11.904	11.904
Baixas e resgates	(153.236)	(153.236)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	105.732	106.412

8 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

8 IMOBILIZADO--Continuação

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado				
	2024			2023	
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,7%	141.308	(58.340)	82.968	86.786
Máquinas e equipamentos	3,8%	735.924	(321.699)	414.225	432.413
Móveis e utensílios e outros	6,3%	69	5	74	80
Veículos	14,3%	813	(145)	668	784
Imobilizado em serviço		878.114	(380.179)	497.935	520.063
Imobilizado em curso (i)		56.373	-	56.373	29.801
Bens vinculados às concessão e autorizações		934.487	(380.179)	554.308	549.864
Direito de uso de terreno arrendado	2,18%	-	-	-	19.342
Total Imobilizado		934.487	(380.179)	554.308	569.206

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração (ii)	Transferências / Reclassificações (i)	Capitalização de juros	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	141.311	-	-	(3)	-	141.308
Máquinas e equipamentos	726.496	-	-	9.428	-	735.924
Móveis e utensílios e outros	69	-	-	-	-	69
Veículos	813	-	-	-	-	813
Imobilizado em serviço	868.689	-	-	9.425	-	878.114
Imobilizado em curso	29.802	37.620	-	(11.049)	-	56.373
Bens vinculados às concessão e autorizações	898.491	37.620	-	(1.624)	-	934.487
Direito de uso de terreno arrendado	25.111	-	(25.111)	-	-	-
Subtotal	923.602	37.620	(25.111)	(1.624)	-	934.487
Depreciação / Amortização arrendamento	(354.396)	(29.995)	6.172	802	(2.762)	(380.179)
Total Imobilizado	569.206	7.625	(18.939)	(822)	(2.762)	554.308

8 IMOBILIZADO--Continuação

(b) Movimentação do ativo imobilizado--Continuação

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Provisão para desmobilização	Baixas	Transferências / Reclassificações	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	177.798	-	-	-	-	(36.487)	141.311
Máquinas e equipamentos	707.373	-	-	(23.458)	-	42.581	726.496
Móveis e utensílios e outros	60	-	-	-	-	9	69
Veículos	104	-	-	-	-	709	813
Imobilizado em serviço	885.335	-	-	(23.458)	-	6.812	868.689
Imobilizado em curso	9.263	34.447	-	-	(5.927)	(7.982)	29.801
Bens vinculados às concessões e autorizações	894.598	34.447	-	(23.458)	(5.927)	(1.170)	898.490
Direito de uso de terreno arrendado	21.907	-	3.309	-	-	(4)	25.112
Subtotal	916.405	34.447	3.309	(23.458)	(5.927)	(1.174)	923.602
Depreciação / Amortização arrendamento	(327.319)	(35.223)	1.350	6.574	157	85	(354.396)
Total Imobilizado	589.086	(776)	4.659	(16.884)	(5.770)	(1.109)	569.206

(i) Refere-se a reclassificações do imobilizado para estoques.

(ii) O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, extensão ou rescisão ou se há pagamento de arrendamento fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso. A Companhia, objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento, concluindo pela remensuração da estimativa contábil daquelas que possuem contraprestação variável. Sendo assim, para os contratos com cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

9 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	-	-	590	1.145
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	-	932
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	-	-	739	709
Materiais e Serviços	4	49	13.002	13.350
Total	4	49	14.331	16.136

10 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

O saldo de debêntures, empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Controladora e Consolidado								
2024								
Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
MOEDA NACIONAL								
Debêntures								
1ª Emissão	26.074	291	(591)	25.774	60.287	(1.181)	59.106	84.880
Subtotal	26.074	291	(591)	25.774	60.287	(1.181)	59.106	84.880
Empréstimos								
BNDÉS	43.277	1.319	(2.755)	41.841	367.056	(17.983)	349.073	390.914
Subtotal	43.277	1.319	(2.755)	41.841	367.056	(17.983)	349.073	390.914
	69.351	1.610	(3.346)	67.615	427.343	(19.164)	408.179	475.794

Controladora e Consolidado								
2023								
Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
MOEDA NACIONAL								
Debêntures								
1ª Emissão	13.557	291	(519)	13.329	82.321	(1.557)	80.764	94.093
Subtotal	13.557	291	(519)	13.329	82.321	(1.557)	80.764	94.093
Empréstimos								
BNDÉS	38.914	1.436	(2.815)	37.535	407.704	(20.644)	387.060	424.595
Subtotal	38.914	1.436	(2.815)	37.535	407.704	(20.644)	387.060	424.595
	52.471	1.727	(3.334)	50.864	490.025	(22.201)	467.824	518.688

A movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos é como segue:

Controladora e Consolidado			
Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	97.978	454.108	552.086
Encargos financeiros	10.881	43.343	54.224
Varição monetária	2.611	2.998	5.609
Pagamento de principal	(8.970)	(50.285)	(59.255)
Pagamento de encargos financeiros	(8.754)	(26.751)	(35.505)
Diferimento dos custos de transação	(20)	(195)	(215)
Amortização dos custos de transação	367	1.377	1.744
Saldos em 31 de dezembro de 2023	94.093	424.595	518.688
Encargos financeiros	8.303	33.115	41.418
Varição monetária	4.530	3.583	8.113
Pagamento de principal	(13.525)	(39.243)	(52.768)
Pagamento de encargos financeiros	(8.825)	(33.856)	(42.681)
Diferimento dos custos de transação	(221)	(98)	(319)
Amortização dos custos de transação	525	2.818	3.343
Saldos em 31 de dezembro de 2024	84.880	390.914	475.794

Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

10 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES--Continuação

Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante	Vencimento	Covenants	Finalidade
1ª Emissão Debêntures	89.000	julho-15	IPCA + 8,86%	Semestral	Semestral	84.880	Dezembro de 2027	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: $\geq 1,2x$	Financiamento dos parques do Complexo Eólico Caetés
Empréstimo - BNDES	580.801	dezembro-14	TJLP + 2,02%	Mensal	Mensal	390.914	Abril de 2032	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: $\geq 1,2x$	Financiamento dos parques do Complexo Eólico Caetés

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Controladora e Consolidado			
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Custos de transação	Total
2026	28.445	46.742	(3.418)	71.769
2027	31.842	50.484	(3.418)	78.908
2028	-	54.526	(2.828)	51.698
2029	-	58.892	(2.828)	56.064
2030	-	63.608	(2.828)	60.780
Após 2030	-	92.804	(3.844)	88.960
	60.287	367.056	(19.164)	408.179

11 CONTA DE RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia Reserva celebrados entre a Companhia e a CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre o PLD médio do ano em referência e a receita fixa unitária, conforme expresso no referido contrato.
- Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância (até - 10% de geração) serão valorados ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio em referência e a receita fixa unitária e pagos em 12 parcelas, iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.
- A energia gerada acima da energia contratada, ou seja, por desvios positivos, (30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) de geração é liquidada no mercado de curto prazo, valorados ao PLD mensal e serão recebidos mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância.

11 CONTA DE RESSARCIMENTO--Continuação

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos dos passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Consolidado	
	2024	2023
Passivo circulante		
Conta de ressarcimento	77.226	16.954
Passivo não circulante		
Conta de ressarcimento	14.150	79.437
Total passivo	91.376	96.391

A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Consolidado
	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2022	107.534
Adição / reversão	17.419
Amortização	(28.562)
Transferência	-
Atualização monetária	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	96.391
Adição / reversão	42.828
Amortização	(51.137)
Atualização monetária	3.294
Saldos em 31 de dezembro de 2024	91.376
Circulante	77.226
Não circulante	14.150

Cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas

Os eventos de *Constrained-off* ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional - SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

11 **CONTA DE RESSARCIMENTO**--Continuação

Cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas--Continuação

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de c-off de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do c-off eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do c-off.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes aos ressarcimentos do período “definitivo” do c-off eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

12 **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

12.1 **Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R\$407.047 (R\$373.237 em 31 de dezembro 2023) representado por 407.047.006 (373.237.006 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Aumento de capital

Em 16 de dezembro de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para tratar sobre o aumento de capital no montante de R\$30.020, mediante a emissão de 30.020.000 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174. Assim, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passou a ser de R\$403.257, composto por 403.257.006 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para tratar sobre o aumento de capital no montante de R\$3.790, mediante a emissão de 3.790.000 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174. Assim, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passou a ser de R\$407.047, composto por 407.047.006 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal.

12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO--Continuação

12.2 Reserva de lucros

Reserva legal

A Companhia constitui reserva de lucros por meio da destinação de 5% do lucro do exercício para reserva legal, sendo o total da reserva limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei. A reserva legal poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

Reserva de investimentos

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá ser justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2024.

12.3 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

13 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot ("mercado de curto prazo") ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia Reserva (LER)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor do contrato a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	Consolidado	
	2024	2023
Contratos bilaterais	121.804	141.823
Ressarcimento de energia	11.062	8.845
Mercado de curto prazo	82	299
Receita operacional bruta	132.948	150.967
(-) PIS e COFINS	(5.444)	(13.943)
Receita operacional líquida	127.504	137.024

14 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2024	2023
Custo da produção de energia elétrica		
Contratos bilaterais	-	(1.118)
Mercado de curto prazo	(23)	-
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(8.821)	(9.316)
Taxa de fiscalização ANEEL	(844)	(808)
Crédito de Pis e Cofins	-	809
Subtotal	(9.688)	(10.433)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(19.146)	(19.061)
Material	(1.693)	(6.747)
Depreciação e amortização	(32.438)	(35.223)
Seguros	(4.824)	(2.599)
Arrendamentos e aluguéis	(596)	(731)
Contribuições setoriais	(199)	-
Perda na baixa de ativo imobilizado e intangível	(905)	-
Outras receitas (custos) operacionais	(265)	(38)
Subtotal	(60.066)	(64.399)
Total	(69.754)	(74.832)

15 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Seguros	-	(5)	-	(861)
Contribuições setoriais	(1)	-	(4)	(59)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	(34)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	-	-	(2.496)	-
Ganho na venda de ativo imobilizado	-	-	905	-
Reversão de provisão para perdas	-	3.082	-	-
Outros	(142)	377	(1.172)	2.633
Total	(143)	3.454	(2.767)	1.679

16 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	405	730	3.207	6.662
Rendimento de cauções e depósitos judiciais	11.904	18.073	11.904	18.073
PIS e COFINS sobre receita financeira	(591)	(1.512)	(591)	(1.787)
Juros de cessão de recebíveis	-	13.719	-	-
Variações cambiais	404	-	713	-
Outras receitas financeiras	-	2.113	4.157	2.264
Subtotal	12.122	33.123	19.390	25.212
Despesas financeiras				
Encargos financeiros de dívidas	(44.761)	(55.968)	(44.761)	(55.968)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	(8.113)	(5.609)	(8.113)	(5.609)
Atualização provisão desmobilização	-	-	(1.410)	1.121
Atualização ressarcimento	-	-	(3.289)	308
Juros sobre arrendamento	-	-	(2.144)	(2.312)
Variações cambiais	-	-	(13)	(6)
Tarifas e encargos bancários	(12)	(5)	(107)	(71)
IOF	(8)	(141)	(483)	(377)
Outras despesas financeiras	550	-	21	(1.046)
Subtotal	(52.344)	(61.723)	(60.299)	(63.960)
Total Líquido	(40.222)	(28.600)	(40.909)	(38.748)

17 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro real.

No regime sobre o lucro real apurado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	6.187	80.542	6.187	80.542	12.562	20.851	12.562	20.851
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(1.547)	(20.136)	(557)	(7.249)	(3.140)	(5.213)	(1.131)	(1.877)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Adições (exclusões) permanentes:								
Diferença temporária sem diferido constituído	-	-	-	-	-	(3.610)	-	(1.301)
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	(11.009)	(7.091)	(3.963)	(2.553)	(11.009)	(2.336)	(3.963)	(841)
Resultado de equivalência patrimonial	12.455	24.269	4.484	8.737	-	-	-	-
Ajuste lucro presumido	-	-	-	-	10.472	-	3.260	-
Atualização de indébito tributário	101	-	36	-	101	-	37	-
Outros	-	2.958	-	1.065	-	-	-	-
Ajuste de impostos								
IRPJ - Subvenções de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	8.436	-	-
Ajuste de Anos Anteriores	-	-	-	-	(1.190)	-	188	-
Ajuste Adicional IR	-	-	-	-	-	168	-	-
Baixa diferido mudança regime tributário	-	-	-	-	-	48.452	-	17.813
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(4.766)	45.897	(1.609)	13.794
Composição dos tributos no resultado:								
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	-	(5.254)	(2.524)	(1.874)	(4.061)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	488	48.421	265	17.855
Total	-	-	-	-	(4.766)	45.897	(1.609)	13.794

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

18.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

18.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros--Continuação

Notas	Consolidado				Categoria	
	2024		2023			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	3	5.285	5.285	934	934	Custo amortizado
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	3	30.247	30.247	51.243	51.243	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	4	15.027	15.027	11.882	11.882	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	7	106.412	106.412	125.580	125.580	Custo amortizado
Total		156.971	156.971	189.639	189.639	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	9	14.331	14.331	16.136	16.136	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	475.794	475.794	518.688	518.688	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	11	91.376	91.376	96.391	96.391	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		-	-	23.124	23.124	Custo amortizado
Total		581.501	581.501	654.339	654.339	

18.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

18.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.1) Risco de crédito--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	5.783	9.074	35.532	52.177
Contas a receber de clientes	-	-	15.027	11.882
Cauções e depósitos vinculados	105.732	124.900	106.412	125.580
Total	111.515	133.974	156.971	189.639

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	475.794	518.688	475.794	518.688
Caixa e equivalentes de caixa	(5.783)	(9.074)	(35.532)	(52.177)
Garantias de financiamento	(105.732)	(124.900)	(105.732)	(124.900)
Dívida líquida	364.279	384.714	334.530	341.611
Patrimônio líquido	143.230	103.232	143.230	103.232
Dívida líquida / Patrimônio líquido	254,33%	372,67%	233,56%	330,92%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

18.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.3) Risco de liquidez--Continuação

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 10. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

						Controladora	
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2024	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	4	-	-	-	-	4	49
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.410	90.523	230.686	239.707	110.948	690.274	750.064
Total	18.414	90.523	230.686	239.707	110.948	690.278	750.113

						Consolidado	
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2024	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	14.331	-	-	-	-	14.331	16.136
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.410	90.523	230.686	239.707	110.948	690.274	750.064
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	-	26.276
Total	32.741	90.523	230.686	239.707	110.948	704.605	792.476

(b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui debêntures remuneradas pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 é:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	5.477	9.026	30.247	51.243
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(498.304)	(544.223)	(498.304)	(544.223)
Total	(492.827)	(535.197)	(468.057)	(492.980)

Com base nos dados disponíveis na CETIPE FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e ressarcimento.

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

18.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.4) Riscos de taxas de juros--Continuação

Controladora			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,42%	13,90%	17,37%	20,85%
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	CDI	5.477	381	571	761	951	1.142
Impacto no resultado			381	571	761	951	1.142
Total da exposição líquida			381	571	761	951	1.142

Consolidado			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,42%	13,90%	17,37%	20,85%
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	CDI	30.247	2.102	3.152	4.204	5.254	6.306
Impacto no resultado			2.102	3.152	4.204	5.254	6.306
Total da exposição líquida			2.102	3.152	4.204	5.254	6.306

Consolidado			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,50%	3,75%	5,00%	6,26%	7,51%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(91.376)	(2.284)	(3.427)	(4.573)	(5.720)	(6.862)
Impacto no resultado			(2.284)	(3.427)	(4.573)	(5.720)	(6.862)
Total da exposição líquida			(2.284)	(3.427)	(4.573)	(5.720)	(6.862)

			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dividas	Risco	Posição em 31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
TJLP			4,37%	6,56%	8,75%	10,93%	13,12%
BNDES - Complexo Eólico Caetés	TJLP	(411.652)	(26.668)	(35.865)	(45.046)	(54.218)	(63.415)
Impacto no resultado			(26.668)	(35.865)	(45.046)	(54.218)	(63.415)
Total da exposição líquida			(26.668)	(35.865)	(45.046)	(54.218)	(63.415)

			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dividas	Risco	Posição em 31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,50%	3,75%	5,00%	6,26%	7,51%
Complexo Eólico Caetés	IPCA	(86.652)	(10.036)	(11.215)	(12.399)	(13.582)	(14.762)
Impacto no resultado			(10.036)	(11.215)	(12.399)	(13.582)	(14.762)
Total da exposição líquida			(10.036)	(11.215)	(12.399)	(13.582)	(14.762)

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

18.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

(c.1) Risco socioambiental--Continuação

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Companhia, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* é a redução da geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do *constrained-off*.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo” do *constrained-off* eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais.

Para as usinas de fonte solar, a ANEEL aprovou em setembro de 2024 a Resolução Normativa nº 1.073/2023, que estabelece os procedimentos e os critérios para apuração e pagamento de restrições da operação de usinas solares fotovoltaicas por *constrained-off*.

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

18.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

***Constrained-off* de usinas eólicas--Continuação**

Assim como no caso das eólicas, a regulação da ANEEL limita o pagamento da compensação aos geradores às situações classificadas como “Razão de indisponibilidade externa”. O gerador assume o risco até um limite temporal regulatório em que o evento é considerado ordinário. Essa “franquia” é considerada metade da franquia calculada para as usinas eólicas, considerando que o período de geração da fonte solar se aproxima a metade das horas de um dia. Atualmente de 41 horas e 30 minutos por ano para a fonte solar.

Esta regra passou a valer de forma definitiva a partir de março de 2024 e espera-se uma demora no processamento e efeitos econômicos e financeiros devido a necessidade de aprovação das regras de comercialização que detalham o processo operacional realizado pela CCEE, pendente de abertura de nova Consulta Pública pela ANEEL.

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ajuizaram ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por constrained-off e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subsequentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

Diante de tal contexto, o ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por constrained-off para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021 seguem suspensos até que tais providências sejam definidas pelos órgãos responsáveis. Eventuais recontabilizações de períodos anteriores podem ocorrer a depender das movimentações da ação judicial em curso.

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

18.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, o caderno de regras da CCEE “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”, o qual foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passou a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros passaram a ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome das associações ABEEÓLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.

Fruto da discussão jurídica, a ABEEÓLICA e ABSOLAR conjuntamente, representando a Companhia e outras associadas, impetraram requerimento administrativo com pedido de medida cautelar com vistas ao afastamento da exigência de lastro e de penalidades por insuficiência de lastro de energia de reserva de fontes eólica e solar, determinadas pela resolução em questão. Entretanto, a ANEEL votou “por não conhecer, devido sua intempestividade e por protocolado em face de norma geral e abstrata” através do Despacho nº 661/2022, o qual as requerentes questionaram através de um pedido de reconsideração, igualmente indeferido.

Em dezembro de 2022, em decorrência do processo de apuração de lastro, a CCEE enviou aos agentes, incluindo a Companhia, Termos de Notificação de Sanção por Lastro de Energia. Foram recebidas Notificações para 3 usinas UFV Guaimbê I, EOL da Prata e EOL Ventos do Nordeste, totalizando R\$177 referente ao ano de 2021. Mais adiante, com a aquisição pela Companhia de novos ativos, a Companhia foi notificada de suas penalidades em parte das usinas, sendo elas as eólicas Ventos De Santa Joana VI, Ventos De Santa Joana VIII, Ventos De Santa Joana XIV, Ventos De Santo Onofre I, Ventos De Santo Onofre III, Ventos De Santa Brigida I, Ventos De Santa Brigida II, Ventos De Santa Brigida III, Ventos De Santa Brigida IV, Ventos De Santa Brigida V, Ventos De Santa Brigida VI e Ventos De Santa Brigida VII, totalizando R\$650 para o mesmo período.

Considerando os documentos recebidos, a Companhia contestou as cobranças oficialmente através de solicitação à CCEE de recebimento da referida contestação, atribuindo a ela o efeito suspensivo que lhe é próprio. Assim, em janeiro de 2023, o Conselho de Administração da CCEE, após avaliar os fundamentos e razões de impugnação deliberou, em primeiro momento, pelo sobrestamento da análise da contestação do Termo de Notificação.

Em janeiro de 2023, a ABEEólica e a ABSOLAR, em continuidade ao trabalho jurídico de parecer, em conjunto com seus associados, protocolaram ação judicial para afastamento da indevida penalidade de lastro de energia de reserva. Em fevereiro de 2023, foi deferida a tutela de urgência requerida nos autos da Ação, onde a decisão é por suspender a exigência de lastro de energia de reserva, bem como qualquer contabilização, imputação, notificação (inclusive os Termos de Notificação relativos aos anos de 2021 e seguintes que tenham por fundamento essa a REN 909/2020), exigibilidade e/ou liquidação de penalidade por insuficiência de lastro para energia de reserva de fonte eólica e solar.

O processo segue em tramitação e sem novas atualizações desde o deferimento da liminar.